

Revista Brasileira de Estudos Políticos

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

A RBEP é editada semestralmente sob os auspícios do Conselho Universitário da UFMG, conforme decisão do Plenário de 29 de fevereiro de 1956, Faculdade de Direito da UFMG e Fundação Valle Ferreira.

A RBEP está registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte sob nº 132, Livro B-1, fl. 21, a 9 de outubro de 1956.

Registrada no Departamento Nacional de Propriedade Industrial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sob o nº 224.170.

Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in HISTORICAL ABSTRACTS and/or AMERICA : HISTORY AND LIFE; and in HISPANIC AMERICAN PERIODICALS INDEX.

This journal is currently listed in Ulrich's Periodicals Directory, RVBI, Latindex, CLASE, Crossref, HeinOnline, Electronic Journals Library - EZB, WorldCat, Information Matrix for the Analysis of Journals - MIAR, IBZ Online, Blook e International Bibliography of Social Sciences.

Revista brasileira de estudos políticos (RBEP) – 1956.

– Belo Horizonte.

ISSN: 0034-7191

Periodicidade: semestral

1. Ciência política – Periódicos – Faculdade de Direito da UFMG

CDU - 32

CDU - 320

EDITORA CHEFE: *Prof.^a. Dr.^a. Jamile Bergamaschine Mata Diz*

ASSISTENTE EDITORIAL: *Karen Mendonça e Pedro Bravo*

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: *Júnior Sena*

FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

Av. João Pinheiro, 100 - 12º andar, sala 1206 - Centro

30.130-180 - Belo Horizonte / MG - Brasil

Telefax: (31) 3409-8641

rbep@direito.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

Revista Brasileira de Estudos Políticos

ORLANDO MAGALHÃES CARVALHO (1910-1998)

Fundador, *in memoriam*

PROF^A. DR^A. SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA

Reitora da UFMG

PROF. DR. ALESSANDRO FERNANDES MOREIRA

Vice-Reitor da UFMG

PROF. DR. HERMES VILCHEZ GUERRERO

Diretor da Faculdade de Direito da UFMG

PROF^A. DR^A. MÔNICA SETTE LOPES

Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UFMG

PROF^A. DR^A. JAMILE BERGAMASCHINE MATA DIZ

Diretora da Revista Brasileira de Estudos Políticos

CORPO EDITORIAL

Prof. Dr. Carlos Francisco Molina Del Pozo (Universidad de Alcalá)

Prof. Dr. Jean Christophe Merle (Universidade de Saarbrücken)

Prof. Dr. Jorge Miranda (Universidade de Lisboa)

Prof. Dr. José Pedro de Matos Paiva (Universidade de Coimbra)

Prof. Dr. Juan Antonio García Amado (Universidad de León)

Prof. Dr. Klaus Günther (Universidade Frankfurt)

Prof. Dr. Manuel Atienza (Universidade de Alicante)

Prof. Dr. Michel Rosenfeld (Benjamin N. Cardozo School of Law)

Prof. Dr. Newton Bignotto (Universidade Federal de Minas Gerais)

Prof. Dr. Otfried Höffe (Universidade de Tübingen)

Prof. Dr. Raffaele di Giorgi (Universidade de Lecce)

Prof. Dr. Sacha Calmon Navarro Coelho (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Tércio Sampaio Ferraz Júnior (Universidade de São Paulo)

Prof. Dr. Ulrich K. Preuss (Universidade Livre de Berlim)

Revista Brasileira de Estudos Políticos

(Fundada em 1956)

Belo Horizonte | n. 129 | jul./dez. 2024

CONSELHO CIENTÍFICO

Profa. Dra. Aida Kemelmajer de Carlucci (Universidad de Mendoza)
Prof. Dr. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Alexandre Franco de Sá (Universidade de Coimbra)
Prof. Dr. Alexandre Pimenta Batista Pereira (Universidade Federal de Viçosa)
Prof. Dr. Antal Visegrády (Universidade de Pécs, Hungria)
Prof. Dr. Antonio Giménez Merino (Universidade de Barcelona)
Prof. Dr. Arnaldo Bastos Santos (Universidade Federal de Goiás)
Prof. Dr. Arno Dal Ri Júnior (Universidade Federal de Santa Catarina)
Prof. Dr. Bruno Amaro Lacerda (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Prof. Dr. Carlos Eduardo de Abreu Boucault (Universidade Estadual Paulista)
Prof. Dr. Carlos Miguel Herrera (Universidade de Cergy-Pontoise)
Prof. Dr. Daniel Nascimento (Universidade Federal Fluminense)
Prof. Dr. Delamar José Volpato Dutra (Universidade Federal de Santa Catarina)
Prof. Dr. Geraldo Ribeiro de Sá (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Prof. Dr. Gonçal Mayor Solsona (Universidade de Barcelona)
Prof. Dr. José Antonio Moreno Molina (Universidad de Castilla-La Mancha)
Prof. Dr. Jose Luiz Borges Horta (Universidade Federal de Minas Gerais)
Prof. Dr. Lyslei Nascimento (Universidade Federal de Minas Gerais)
Prof. Dr. Marcello Di Filippo (Università di Pisa)
Prof. Dr. Marco Antônio Casanova (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Noel Struchiner (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho (Universidade de São Paulo)
Profa. Dra. Salete Oro Boff (Universidade de Santa Cruz do Sul)
Profa. Dra. Soraya Regina Gasparetto Lunardi (Universidade Estadual Paulista)
Prof. Dr. Roberto Bueno Pinto (Universidade Federal de Uberlândia)

Sumário

<i>Editorial</i>	9
As raízes ideológicas da Alt-Right Americana	
<i>Miguel Anxo Bastos Boubeta</i>	
<i>Serafin González Quinzán</i>	
<i>Gemma Vicente Iglesias</i>	17
Análisis de las emisiones de la señal del Congreso de los Diputados español en los informativos de televisiones generalistas. Un acercamiento a la evolución de la afección política en España en el primer cuarto del siglo XXI. De la nueva política al nuevo populismo polarizado.	
<i>Héctor Molina-García</i>	63
Los pasivos ambientales en Colombia: antecedentes y balances en su gestión desde la política introducida por la Ley 2327 de 2023	
<i>Iván Vargas-Chaves</i>	101
Racismo estrutural e desigualdade social no Brasil: possibilidades de enfrentamento a partir do cooperativismo	
<i>Anna Paula Bagetti Zeifert</i>	
<i>Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth</i>	
<i>Gilson Ely Chaves de Matos</i>	135
(Trans)gredindo o sistema jurídico cisnormativo: argumentos para o reconhecimento de todas as mulheres na lei do feminicídio	
<i>Leilane Serratine Grubba</i>	
<i>Amanda Brum Porto</i>	
<i>Janaína Alessandra da Silva Sanson</i>	169
O empoderamento local e social democrático na governança multinível: os municípios nas políticas públicas a partir dos conselhos sociais	
<i>Betieli da Rosa Sauzem Machado</i>	
<i>Ricardo Hermany</i>	211
Governança agrícola e a implementação das smart communities: aportes pragmáticos nas políticas públicas e diretrizes legislativas	
<i>Ricardo Hermany</i>	
<i>Cleide Calgaro</i>	257
“Moraes Damages”: The Lawfare Strategies of Justice Alexandre de Moraes in the Supreme Federal Court	
<i>Enio Viterbo Martins</i>	307
A Lava Jato, o financiamento da política e a crise da democracia constitucional	
<i>Arthur Guerra Filho</i>	357

A judicialização turva da política no Brasil redemocratizado:
o julgamento do Habeas Corpus 152.752/PR e a toga de fumaça do
Supremo Tribunal Federal

Martonio Mont'Alverne Barreto Lima

Ítalo Reis Gonçalves 393

A legitimação do discurso de militarização da educação no
Brasil

Rodrigo Luis Mingori

Eduardo Nunes Jacondino

Dulce Mari da Silva Voss 437

Os Planos Nacionais de Segurança Pública no Brasil e a
perspectiva da desmilitarização das Polícias Militares

Fábio Gomes de França

Severino da Costa Simão 463

Forças Armadas e a Constituição de 1988: bases normativas
para um projeto de desmilitarização da política

Lorena Martoni de Freitas

Emilio Peluso Neder Meyer 511

Institucionalização da Logística Reversa: o processo de
gerencialização da lei no Brasil

Mario Prokopiuk

Demian Barcellos

Geraldo Pougy 553

Entre fato e valor: descrição, Ciência e a dimensão valorativa
do Direito

Lenio Luiz Streck

Guilherme de Oliveira Zanchet 593

O estado da arte: vamos comprar um poeta

Sabrina Maria Fadel Becue 637

As instituições modernas entre o projeto desconstrucionista e
o projeto construtivista de pensamento político

Carlos Sávio Teixeira

Tiago Medeiros 667

Por que artigos são aprovados ou rejeitados: estudo quantitativo
em uma revista jurídica indexada na Scopus – como ampliar nossas
chances de publicação?

José Mário Wanderley Gomes Neto

Fayga Silveira Bedê

Natália Pinheiro Alves Batista 693

Normas para os colaboradores 737

Summary

<i>Editorial</i>	9
The ideological roots of the American Alt-Right	
<i>Miguel Anxo Bastos Boubeta</i>	
<i>Serafin González Quinzán</i>	
<i>Gemma Vicente Iglesias</i>	17
Analysis of the signal broadcasts of the Spanish Congress of Deputies in general television news. An approach to the evolution of political affection in Spain in the first quarter of the 21st century. From the new politics to the new polarized populism.	
<i>Héctor Molina-García</i>	63
Environmental liabilities in Colombia: background and analysis in their management from the policy introduced by Law 2327 of 2023	
<i>Iván Vargas-Chaves</i>	101
Structural racism and social inequality in Brazil: possibilities of confronting through cooperativism	
<i>Anna Paula Bagetti Zeifert</i>	
<i>Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth</i>	
<i>Gilson Ely Chaves de Matos</i>	135
(Trans)gressing the cisnormative legal system: arguments for the recognition of all women in the femicide law	
<i>Leilane Serratine Grubba</i>	
<i>Amanda Brum Porto</i>	
<i>Janaína Alessandra da Silva Sanson</i>	169
The local and social democratic empowerment in multilevel governance: the municipalities in public policies from the social councils	
<i>Betieli da Rosa Sauzem Machado</i>	
<i>Ricardo Hermany</i>	211
Agricultural governance and the implementation of smart communities: pragmatic contributions in public policies and legislative guidelines	
<i>Ricardo Hermany</i>	
<i>Cleide Calgaro</i>	257
“Danos Moraes”: As estratégias de Lawfare do ministro Alexandre de Moraes no Supremo Tribunal Federal.	
<i>Enio Viterbo Martins</i>	307
Operation Car Wash, political finance and the crisis of constitutional democracy	
<i>Arthur Guerra Filho</i>	357

The blurry judicialization of politics in redemocratized Brazil:
the judgment of Habeas Corpus 152.752/PR and Brazilian Supreme
Federal Court's smoke cloak

Martonio Mont'Alverne Barreto Lima

Ítalo Reis Gonçalves 393

The legitimization of the discourse of educational militarization
in Brazil

Rodrigo Luis Mingori

Eduardo Nunes Jacondino

Dulce Mari da Silva Voss 437

National Public Security Plans in Brazil and the demilitarisation
of the Military Police

Fábio Gomes de França

Severino da Costa Simão 463

Armed Forces and the 1988 Constitution: normative basis for
a project of demilitarization of politics

Lorena Martoni de Freitas

Emilio Peluso Neder Meyer 511

Institutionalization of Reverse Logistics: the process of
managerialization of law in Brazil

Mario Prokopiuk

Demian Barcellos

Geraldo Pougy 553

Between fact and value: description, Science and the evaluative
dimension of Law

Lenio Luiz Streck

Guilherme de Oliveira Zanchet 593

The state of the art: let's buy a poet

Sabrina Maria Fadel Becue 637

Modern institutions between the deconstructionist project and
the constructivist project of political thought

Carlos Sávio Teixeira

Tiago Medeiros 667

Why articles are approved or rejected: quantitative study in
a legal journal indexed in Scopus – how to increase our chances of
publication?

José Mário Wanderley Gomes Neto

Fayga Silveira Bedê

Natália Pinheiro Alves Batista 693

Directives for contributions 737

Editorial

É com imensa satisfação que apresentamos a 129^a edição da Revista Brasileira de Estudos Políticos, uma publicação que continua a desempenhar um papel crucial na disseminação do conhecimento e na promoção de discussões ricas sobre temas que moldam nosso contexto político, social e jurídico. Como uma curadoria de artigos plurais, convidamos nossos leitores a se debruçarem sobre esses debates capazes de transformar nosso entendimento acerca da sociedade contemporânea.

Em nosso primeiro artigo, os autores Miguel Anxo Bastos Boubeta, Serafin González Quinzán e Gemma Vicente Iglesias abordam a ascensão e queda da alt-right, um fenômeno político que surgiu no início do século XXI. O artigo explica como o movimento se consolidou como o eixo central do pensamento nacionalista branco americano, influenciado por correntes como o paleoconservadorismo e o direito-libertário. A análise também distingue a alt-right das correntes mais populares da direita “trumpista”, como o Breitbart e o Infowars, destacando seu tom acadêmico e sua busca por rigor intelectual, além de examinar eventos chave como o incidente de Charlottesville e a ocupação do Congresso dos EUA. Em sequência, o Dr. Héctor Molina-García explora a evolução da afeição política na sociedade espanhola nos últimos 25 anos. O artigo analisa como o interesse dos

cidadãos por questões políticas e informações parlamentares mudou, especialmente devido ao crescente polarização e ao impacto dos meios de comunicação. A pesquisa foca em dois períodos específicos, 2009 e 2023, comparando o conteúdo dos noticiários das principais redes de televisão espanholas para identificar a quantidade e a qualidade das informações, oferecendo assim uma visão da evolução da afeição política no país. O Professor Doutor Iván Vargas-Chaves analisa a evolução e regulamentação da Lei 2327 de 2023, voltada para a gestão de passivos ambientais na Colômbia. O artigo, por meio de uma metodologia de análise documental, examina como a política de gestão desses passivos evoluiu, destacando os avanços introduzidos pela nova norma. A pesquisa apresenta um exercício interpretativo histórico e teleológico, refletindo sobre os principais pontos da Lei 2327, como o restabelecimento dos direitos violados e a proteção ambiental, além de apontar aspectos ainda pendentes de regulamentação na legislação colombiana. Em seguida, as autoras Profa. Dra. Anna Paula Bagetti Zeifert, Prof. Dr. Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth e Gilson Ely Chaves de Matos discutem o impacto do racismo estrutural nas desigualdades sociais no Brasil, especialmente para a população negra, com ênfase nas mulheres negras. O artigo analisa o cooperativismo negro como uma ferramenta de enfrentamento das disparidades econômicas e do racismo, destacando sua importância histórica nos Estados Unidos e no Brasil. A pesquisa revela o papel do cooperativismo na organização do trabalho, comércio e educação, além de ressaltar a necessidade de fortalecer as cooperativas negras como estratégia para o protagonismo e a superação das desigualdades sociais. No próximo artigo, as autoras Profa. Dra. Leilane Serratine Grubba, Amanda Brum Porto e Janaína Alessandra da Silva Sanson discutem a violência de gênero sob uma

nova perspectiva, abordando a proteção jurídica das mulheres trans vítimas de violência letal, especialmente no contexto da Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015). O artigo propõe a mobilização jurisdicional para reconhecer as mulheres trans como sujeitas de direito, defendendo uma interpretação que vá além dos marcadores biológicos. A pesquisa destaca a insuficiente proteção legal a essas mulheres e sugere novos estudos qualitativos e quantitativos sobre o tema, com base na Constituição Federal de 1988 e na indissociabilidade sexo-gênero. Já os autores Prof. Dr. Ricardo Hernany e Betieli da Rosa Sauzem Machado investigam o impacto dos conselhos sociais locais na governança multinível e na participação cidadã. A pesquisa analisa a consolidação desses conselhos e seu papel no empoderamento social, com base em uma abordagem hermenêutica e dedutiva. O estudo destaca como os conselhos municipais, ao promoverem a transparência, o diálogo e a deliberação, contribuem para a democracia participativa e o controle social, apesar dos desafios para aprimorar seus mecanismos e fortalecer sua atuação. O trabalho também utiliza a pesquisa do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul sobre gestões municipais de 2021. Os autores Prof. Dr. Ricardo Hernany e Profa. Dra. Cleide Calgaro analisam os desafios institucionais para a implementação das *smart rural communities* e seu impacto na governança rural. O estudo explora estratégias em políticas públicas e diretrizes legislativas, com foco em problemas socioambientais e soluções inovadoras tanto no Brasil quanto na Espanha. Conclui-se que a implementação dessas comunidades pode minimizar questões socioambientais ao integrar a tecnologia e melhorar o acesso a serviços, além de valorizar o espaço local. A pesquisa destaca a importância de criar infraestrutura e alternativas que garantam direitos universais para os cidadãos dessas áreas. No artigo seguinte, o autor Prof. Dr.

Enio Viterbo Martins investiga as estratégias adotadas pelo ministro Alexandre de Moraes no Supremo Tribunal Federal, analisando a possibilidade de qualificação de suas ações como *Lawfare*. O estudo foca nos inquéritos conduzidos pelo ministro, avaliando motivações políticas, irregularidades procedimentais e o uso de ferramentas legais para atingir adversários políticos. O artigo contribui para a discussão sobre a instrumentalização do Direito com fins políticos e suas implicações para o Estado de Direito, além de fomentar um debate sobre a relação entre direito, política e justiça em sociedades democráticas. No artigo subsequente, o autor Prof. Dr. Arthur Guerra Filho analisa a jurisprudência e literatura acadêmica sobre os tipos de corrupção no financiamento político, destacando a corrupção *quid pro quo*, por dependência e da competição eleitoral. O estudo argumenta que essa tipologia é útil para entender quando doações e presentes a políticos deixam de ser permitidos por lei e se tornam propinas, caracterizando crime de corrupção. O artigo também explora como a opinião pública tem pressionado por uma ampliação do conceito de corrupção e a flexibilização das provas, com reflexos no julgamento de casos da Operação Lava Jato e no fortalecimento da confiança nas instituições democráticas. Em seguida, os autores Prof. Dr. Martonio Mont'Alverne Barreto Lima e Ítalo Reis Gonçalves discutem a judicialização da política no Brasil, um fenômeno global que se intensificou com o neoconstitucionalismo. Eles analisam o papel crescente dos juízes e tribunais, que passaram a resolver dilemas políticos cruciais para a democracia, como exemplificado pelo julgamento do Habeas Corpus 152.752/PR, que autorizou a prisão de Lula antes do trânsito em julgado de sua sentença. O estudo alerta para os riscos desse fenômeno para a democracia brasileira, especialmente quando o STF se envolve em impasses políticos

sob a justificativa de proteger direitos fundamentais, tornando-se quase intangível a críticas. Em sequência, os autores Prof. Dr. Eduardo Nunes Jacondino, Prof. Dra. Dulce Mari da Silva Voss e Rodrigo Luis Mingori abordam o processo de militarização da sociedade brasileira, com foco nas políticas públicas educacionais vinculadas ao avanço do neoconservadorismo. O estudo analisa a história dos conceitos de ideal de soldado e função social do Exército, destacando como o discurso militar se consolidou como uma poderosa ferramenta de poder e saber na sociedade. Os autores discutem como políticas como o Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM) têm sido usadas para legitimar práticas discursivas e ações políticas que sustentam a militarização da educação no Brasil. No artigo seguinte, os autores Prof. Dr. Fábio Gomes de França e Severino da Costa Simão discutem o debate sobre a desmilitarização das Polícias Militares (PMs) no Brasil, analisando os Planos Nacionais de Segurança Pública pós Constituição de 1988. O estudo, com base em uma abordagem qualitativa bibliográfica e documental, examina a presença ou ausência de diretrizes nos planos que sugerem a desmilitarização das PMs. Conclui-se que esse debate é tratado com timidez ou negligência, sendo um tema tabu, cercado por uma visão conservadora, até mesmo em grupos mais progressistas, o que evidencia a PM como um instrumento de manutenção do status quo no Brasil. No próximo, os autores Prof. Dr. Emilio Peluso Neder Meyer e Profa. Dra. Lorena Martoni de Freitas analisam as atribuições das Forças Armadas sob a perspectiva do Direito brasileiro, com foco em duas áreas controversas: a função garantidora dos poderes constitucionais (art. 142 da Constituição de 1988) e a atuação na garantia da lei e da ordem durante pleitos eleitorais. O estudo destaca o protagonismo militar no governo e seu envolvimento nas eleições de 2022,

argumentando que é necessário aprofundar o debate sobre as relações civis-militares e estabelecer uma abordagem normativa que delimite as funções das Forças Armadas, contribuindo para o resgate do projeto de desmilitarização da política. Já os Prof. Dr. Mario Prokopiuk, Demian Barcellos e Geraldo Pougy analisam a política pública brasileira para a logística reversa (LR), destacando o processo de “gerencialização da lei”, onde os objetivos das políticas públicas são distorcidos para atender aos interesses de empresas. O estudo revisa as 12 cadeias produtivas regulamentadas pela LR no Brasil e avalia a atuação do poder legislativo federal em relação ao princípio do poluidor-pagador e à institucionalização dos sistemas de LR. Os resultados indicam que a contratualização público-privada é ineficaz e que a gerencialização permite a diluição de responsabilidades ambientais, favorecendo interesses empresariais. No artigo do Prof. Dr. Lenio Luiz Streck e Guilherme de Oliveira Zanchet, é abordada a dicotomia entre fato e valor, presente no discurso contemporâneo. O texto discute como os juízos valorativos no Direito são muitas vezes desconsiderados como subjetivos, enquanto a linguagem das ciências naturais é vista como caminho para a verdade objetiva. Através de uma revisão bibliográfica e do método fenomenológico-hermenêutico, o artigo investiga como a separação entre fatos e valores impacta o positivismo jurídico, especialmente nas obras de Hans Kelsen e Herbert Hart. Os autores argumentam que a interpretação jurídica deve integrar fatos e valores sem cair no subjetivismo ou relativismo. A Profa. Dra. Sabrina Maria Fadel Becue explora os impactos da pandemia de COVID-19 na cultura, destacando como ela foi marginalizada no discurso de combate à doença. A autora resgata o pensamento de Celso Furtado, que associa cultura e criatividade ao desenvolvimento econômico. A

pesquisa defende que a Economia da Cultura vai além da mensuração econômica, propondo que deve estar alinhada à Constituição Federal, que destaca a cultura na ordem econômico-social. A autora também alerta para o risco de mercantilização da arte e sua submissão às leis de mercado, com base nas reflexões de Paulo Leminski e Afonso Cruz. O artigo do Prof. Dr. Carlos Sávio Teixeira e do Prof. Dr. Tiago Medeiros analisa duas perspectivas teóricas sobre poder e instituições, originadas no contexto filosófico pós-Maio de 1968. A primeira, denominada *Desconstrucionismo*, adota uma visão negativista, considerando as instituições e o poder como formas de opressão, refletindo uma “cratofobia” que vê a institucionalização como um mecanismo de controle. Em contraste, a segunda perspectiva, o *Construtivismo*, entende o poder e as instituições como arranjos temporários para regular as relações sociais, mas também com potencial para promover transformações nas estruturas políticas e econômicas. O artigo argumenta que, enquanto o desconstrucionismo pode gerar desorientação intelectual, o construtivismo oferece uma abordagem mais equilibrada e programática, capaz de unir realismo analítico e imaginação para alternativas sociais. A conclusão aponta para uma diferença fundamental entre as duas correntes no entendimento da relação entre ação e estrutura, mediada pelas instituições. Por fim, o artigo da Profa. Dra. Fayga Silveira Bedê, do Prof. Dr. José Mário Wanderley Gomes Neto e de Natália Pinheiro Alves Batista, explora como aumentar as chances de aprovação de artigos em periódicos jurídicos de alta qualidade e reputação. Os autores investigam as práticas e variáveis que influenciam o processo de avaliação e publicação de manuscritos, com foco em uma revista brasileira da área do Direito, qualificada no estrato A1 do Programa Qualis da CAPES e indexada na Scopus. O estudo analisa o processo

de seleção de artigos, que passa por uma revisão inicial da equipe editorial e é então avaliado por pareceristas externos, sob o sistema double blind review. A pesquisa, realizada por meio de uma análise quantitativa, utiliza amostra aleatória e um modelo estatístico para identificar as variáveis mais relevantes para a aprovação de submissões, com o objetivo de fornecer orientações para os autores interessados em aumentar suas chances de publicação e reduzir os riscos de rejeição.

Gostaríamos de expressar nossa gratidão aos autores pela dedicação e contribuições valiosas, essenciais para a qualidade e diversidade da revista. Agradecemos também aos leitores, cujo interesse e engajamento mantêm a relevância da revista e a difusão da ciência.

Professora Doutora Jamile Bergamaschine Mata Diz

Diretora da Revista Brasileira de Estudos Políticos

Karen Mendonça e Pedro Bravo

Assistentes Editoriais